

povo Payayá na região e seus massacres. Com a invasão dos portugueses na bacia do rio Paraguasu, o povo Payayá sofre vários tipos de maus tratos além de tomarem as suas terras e escravizá-lo.

Os invasores portugueses começaram a tomar posse da região através da Capitania do Paraguaçu, doada em 1566 pela coroa a Álvaro da Costa (filho do Governador Duarte da Costa). No livro “*Índios Tupi-Guarani na Pré-história*”, encontra-se registrado que foram massacradas, na bacia do rio Paraguasu, cerca de 160 aldeias dos povos milenares com uma população por volta de 50 mil pessoas, na época colonial, que resiste à escravização. O povo Payayá e outros realizaram várias revoltas como no Aporá, Recôncavo, Paraguasu, Jacobina e vizinhança conhecida hoje por Miguel Calmon, Morro do Chapéu e outras, Orobó (provável atual município de Ruy Barbosa), Utinga, Jiquiriçá (é conhecido por Maracá) nos rios Itapicuru e São Francisco, por isso foi denominado por “muralha do demônio”.

A região do médio Paraguasu (onde hoje se situa a barragem Pedra do Cavalo) tornou-se campo de guerra por décadas que ameaçava o domínio invasor. Para não perderem o controle, construíram uma base de segurança na região do atual município de Rafael Jambeiro contra os indígenas bravos da “muralha do demônio”. Também usaram da guerra biológica para dominarem os indígenas como Santos (2010, p. 112) revela que “[...] ocorreram males como o que dizimou metade dos 1.500 índios aprisionados, no início da década de 70 do Seiscentos, pelas tropas de Estevão Ribeiro Baião Parente no médio Paraguaçu.” As guerras se estenderam por todo o sertão. Fonseca (2004, p. 18) reforça ao relatar na obra “*Boletins Ecológicos Paiaia*” que no médio Paraguasu “os índios paiaias foram” controlados “por guerra bacteriológica (varíola) trazida em objetos de doentes de Cachoeira no século XVIII, propositadamente já que não foram vencidos pela espada e pelo trabuco”. Do que restou, muitos foram expulsos para Sergipe, Camamu, Serinhaém, sul da Bahia e etc. Outros foram expulsos para várias regiões. Também existe relato de Payayá em San Antonio do Texas, nos Estados Unidos. Circula a hipótese de que foram capturados nas guerras da região pelos invasores brancos e descartados lá.

O domínio branco na região se amplia com a instalação das sesmarias, como Itapororoca, Água Fria e Jacuípe (situada entre os rios Jacuípe e Paraguasu até suas nascentes na Chapada Diamantina), que se organizam em torno das freguesias (atuais paróquias, distritos ou municípios) católicas cachoeirenses para catequizarem os indígenas do sertão. Várias dessas freguesias têm nome de santo ou surgiram atreladas a uma imagem, a exemplo de São Gonçalo dos Campos (atual município), Santo Estevão (depois Nossa Senhora do Rosário de Jacuípe – conhecido por Santo Estevão Velho – ex-sesmaria de Jacuípe, atual distrito do município de Antonio Cardoso – ex-Umburanas), São José das Ytapororocas (distrito de Feira de Santana e na época era sede administrativa da família Viegas na região) e São João Batista de Água Fria (hoje município). No alto sertão, destacam-se a criação de vilas como Jacobina (desmembrou a vila de Morro do Chapéu) e Minas do Rio de Contas (desmembrou vila como Santa Isabel do Paraguaçu alterou para São João do Paraguaçu atual Mucugê – desta originaram outras) etc.

Os massacres contra o povo Payayá se estenderam até 1886, quando documentos falsos do governo brasileiro o declaram exterminado para legitimarem o roubo das terras pelos brancos. Um povo exterminado deixa remanescentes? Nos séculos seguintes, aumenta a presença dos brancos na região para explorarem a criação de gado e o cultivo do fumo. Em contrapartida, os indígenas Payayá sobreviventes dos massacres, em sua maioria mulheres e crianças porque a maioria dos homens foram mortos ou descartados em guerras, após perderem as terras foram escravizados e depois transformados em camponeses, como rendeiros, meeiros, escravos domésticos e ganhadores (capinação, limpar pasto, arrancar toco) dos invasores ou agregados nas missões e expulsos para as periferias das vilas. Alguns foram absorvidos pela relação de trabalho assalariado e outros ficaram entregues ao desemprego e à fome. Muitos se dissolveram nas misturas raciais com os brancos e afros e outros foram apagados pela catequização. É este o contexto que origina as desigualdades sociais e a

fome que afetam hoje os remanescentes indígenas da região, taxados como pardos. Entre o final do século XIX e início do século XX, o controle das terras na freguesia das Umburanas (atual município de Antonio Cardoso) é feito, principalmente, pelo latifundiário escravocrata Antonio Cardoso de Sousa.

Não se sabe ao certo a origem da palavra “pardo”, embora os termos “pardus”, em latim, “párdos”, em grego, signifiquem “leopardo”. A palavra não tem nenhum fundamento antropológico para caracterizar remanescentes das misturas de povos diferentes, por isso pardo não é povo. Em Portugal, no século XV, o termo era usado para discriminar e identificar outros povos considerados inferiores, como os mouros. Sabe-se que Pero Vaz de Caminha foi o primeiro a usar na América, em sua Carta de invasão, associando com a ave pardal e usando para identificar os moradores milenares. Após a invasão da América, os brancos estupraram as mulheres milenares e denominaram esses filhos de “caboclo” que junto com as outras misturas formavam o grupo “pardo”. Tal identificação, além de negar o sangue milenar, facilita a imposição do projeto da colonialidade estrangeira sobre os povos milenares e a dominação das riquezas do território da América portuguesa. Assim, os remanescentes misturados desses povos perderiam o direito de reivindicarem a memória, cultura, herança e outros vínculos dos seus antepassados e isso serviria como legitimação da invasão e dominação estrangeira.



Anciã Payayá do médio Paraguasu

O IBGE mantém o termo vivo nas estatísticas populacionais, praticando racismo científico embasado nas falsas ciências raciais (monogenia, eugenia, arianismo, darwinismo social, branqueamento, craniometria ou frenologia, democracia racial...) e o epistemicídio, dando continuidade ao projeto da colonialidade. Ou seja, a palavra mantém a discriminação e funcionalidade da dominação secular política e econômica dos afortunados internacionais sobre a população brasileira. Para consolidar o apagamento dos povos milenares, sobretudo em contexto urbano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA aceita o interesse do Movimento Negro de juntar os pardos com os negros (pretos) com o pretexto de se encontrarem nas mesmas condições socioeconômicas do país. Essa interpretação é aceita pela lei 12.288/10, Estatuto Racial, e considera as pessoas que se declaram pardas e pretas como “negras”, baseada apenas no critério socioeconômico e ignorando vários fatores antropológicos, históricos, etc. Por que, afinal, o Estado brasileiro aceita que os pardos podem ser negros, e nega que parte deles seja indígena?

Por que misturados com negros e brancos podem se declarar negros e os misturados indígenas, não? Por que o Estado nega o direito à memória aos remanescentes indígenas, enquanto os outros povos têm o direito garantido de herdarem dos seus passados? Por que os estrangeiros podem dominar as terras no Brasil e quem tem misturas indígenas não tem esse direito? Observa-se que o Estatuto Racial não garante direitos aos povos indígenas, só de remanescentes afros, por isso as pessoas com origem indígena que se declaram pardas sofrem apagamento.

Desde a invasão, os brancos negam o direito à memória dos antepassados aos indígenas misturados para facilitar a dominação político-jurídica e o roubo das fortunas do continente americano. Enquanto é garantido aos filhos dos brancos misturados o direito de herança dos seus ancestrais. Por isso, inventaram o modelo de indígena aceitável pelo Estado latifundiário: o tutelado (cumpridor de ordens) e a falsa categoria racial do pardo para transformar em cinzas étnicas nas estatísticas demográficas os indígenas caboclos, cafuzos e os indígenas expulsos dos territórios para as favelas das cidades. Usam também outros truques para negarem os remanescentes, sobreviventes dos massacres como: exigem no censo falar a língua indígena, cobram ser reconhecido por liderança do povo massacrado ou disperso, tomaram as terras e destruíram as matas e exigem

viver em aldeia, negam indígenas nas cidades entre outros. Ignoram que toda a América é uma aldeia (povoada por indígenas) invadida pelas cidades. Em qualquer lugar da América em que o indígena viva está na sua aldeia.

No primeiro censo brasileiro de 1872, os indígenas foram identificados como Caboclos e muitos também se declaravam Pardos, sem contar os misturados com brancos e pretos. Na freguesia das Umburanas, constam 55 caboclos e 2.409 pardos. Sendo assim, como os indígenas Payayá foram exterminados em 1886 e hoje várias famílias se autodeclararam remanescentes na região?⁴ O censo de 2010 revela que 4.739 pessoas se declaram pardas no município de Antonio Cardoso, muitas delas são remanescentes indígenas. Este extermínio em falsos documentos do governo brasileiro visa garantir o domínio das terras da região aos brancos. Parte da atual população parda da região, remanescente indígena, herdou dos massacres indígenas as desigualdades e o não acesso à terra. Contudo, é preciso esclarecer o tronco linguístico do povo Payayá.

As pesquisas sobre o tronco linguístico indígena na região do Paraguasu ainda são incipientes, até o momento, se tem conhecimento que no litoral do recôncavo baiano predominam os povos do tronco tupi e no sertão do rio São Francisco ocorre a presença do tronco Jê dos povos tapuia.⁵ O povo Payayá por ocupar este território de transição, talvez, dominasse a língua do seu tronco e dialetos dos indígenas vizinhos.

Não se sabe ao certo o sentido da palavra “payayá”, segundo Silva (2003, p. 202). O antropólogo Estêvão Pinto defende a hipótese de que se origina na língua travada “*Pai a ás*” que talvez deriva dos praias praticados pelos pajés de Jacobina. Há quem defende que se origina do tronco tupi e o sentido se relaciona com rio ou água por a letra “y” no tupi designar rio e o antigo território ser cortado por vários rios. Do mesmo modo, há controvérsias na literatura dos invasores sobre o tronco linguístico do povo Payayá. Por se situar em uma região de transição entre o tronco Tupi e Jê, algumas fontes contemporâneas aos Payayá antigos, como o livro “*As excelências do governador*” (1676), incluem na língua geral (tronco tupi). Outras fontes recentes, como os livros “*Pré-história da Bahia*” (1958) e “*Os Cariris do Nordeste*” (1978) afirmam que pertence ao tronco Jê do povo Kariri. Inclusive, por causa dessa confusão nas pesquisas, alguns memorialistas da região e pesquisadores rasos confundem os Payayá com o tronco linguístico Kariri em vários municípios do sertão baiano, ou até negam em algumas regiões, como os casos carentes de investigações em Natuba (atual Nova Soure) e Geru, no estado de Sergipe. Ambos possuem comunidade denominada Paiaia. Ressalta-se que no nordeste baiano existe o povo Kiriri em Banzaê, e não Kariri. Há relatos também dessa confusão na região sul baiana para onde vários Payayá foram expulsos ou levados em cativo. Embora se saiba que pela resistência dos povos do tronco Jê ou tapuia, como os povos tupis consideravam, quase nada restou de suas línguas em seus territórios. Também a catequização valorizou o tronco tupi.

Entretanto, as línguas, assim como os grupos humanos, são dinâmicas, por isso cabe se fazerem algumas observações. Primeiro, o contato entre grupos humanos com línguas distintas contribui para as línguas se apropriarem dos vocabulários entre si, por exemplo, a palavra “umbu” encontra-se variante tanto no tronco tupi, *ymbu*, quanto no Kariri *obó*. Ainda é possível que a literatura invasora tenha deturpado os vocabulários dos troncos e também as traduções que nos chegaram incorrem em equívocos pelo desinteresse dos estudiosos invasores.

⁴ A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT garante o direito a autodeclaração (ter a origem, se reconhecer e ser reconhecido pelos demais. A pessoa e sua família que melhor conhecem a origem indígena e não o julgamento vazio da sociedade etnocêntrica para impor o domínio sobre a terra e suas riquezas) aos povos indígenas e seus remanescentes, assim como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Para reforçar ou validar a origem indígena é importante o misturado ajudar a fortalecer a luta coletiva dos indígenas.

⁵ Compreende-se por tapuias os povos que viviam no centro do território brasileiro e que são falantes do tronco Jê.

A região antiga do povo Payayá tem características específicas ao local que talvez revelem vestígios do tronco linguístico nativo. Destaca-se o fato da foz do rio Jacuípe, no Paraguasu, se situar fora da região litoral de predominância do tronco Tupi. No entanto, o nome *Jacuípe* do rio é de origem tupi. Afinal, quem teria denominado: os invasores ou os povos nativos? Encontram-se na região nomes na língua indígena como os dos rios *Paraguasu*, *Jacuype* e *Curumatay*, de alguns municípios ou comunidades a exemplo de *Utynga*, *Ytapororoca*, *Ypyrá*, *Peri*, *Cabana* e *Umbuzeiro*, de plantas como *Mandacaru* e *caju*, de animais como abelha *mandassaia* (nativa do Brasil), entre outros. A origem deles remonta aos nativos ou aos invasores? Eis alguns fatos, dentre outros, carentes de investigações. Também é possível se encontrar outros vestígios do povo Payayá na região, por exemplo, o distrito no município de Santo Estevão se chama Paiaia, o artesanato de barro e o comércio de ervas praticados em alguns municípios da região e várias famílias se auto declaram de origem do povo Payayá.

O cultivo de várias plantas usadas na alimentação ou no comércio é outra forte colaboração indígena no cotidiano da população da região, como fumo, aipim, mandioca, abóbora, amendoim, milho, feijão e batata-doce, além de algumas frutíferas a exemplo do jenipapo, umbu, jabuticaba, licuri, caju, trapiá, quixaba, juá, taiacu ou baba-de-boi [*Guanhuma açú*, do tupi, quer dizer “fruta pegajosa”] e outras. A marca do povo Payayá continua viva na região, até mesmo no cuidado com a saúde, como o uso de ervas e raízes (popular fitoterapia) para chás, garrafadas, pomadas, xaropes, óleo, rapé, temperos ou banho. A prática de curas com ervas e raízes também releva um vestígio da espiritualidade que associava com os encantados, daí, é equívoco confundir a função antiga de curandeiro com macumbeiro. O legado indígena na região não se limita ao genótipo e fenótipo da população; está presente até na criação de animais domesticados por indígenas de outras regiões, como a ave peru.

Como vimos acima, várias fontes comprovam a presença do povo Payayá na bacia do rio Paraguasu até suas nascentes nas fronteiras do rio São Francisco. Desde o primeiro contato com os invasores, a relação se pautou no conflito, de tal modo que ficou conhecido por “muralha do demônio”. Embora tenha resultado nas perdas das terras e culturas, massacres, escravizações e expulsões para outras regiões. A presença dos remanescentes do povo Payayá na bacia do rio Paraguasu é incontestável, assim como suas colaborações para além da formação da população, ora o fenótipo é dominante outra é recessivo, é evidente na cultura da região.

No tocante ao tronco linguístico, tanto as pesquisas quanto alguns vestígios do vocabulário entre o litoral do recôncavo baiano e o sertão, até o momento, indicam fortes evidências de pertencer ao tronco Tupi. Apesar da catequização impor em várias regiões. Também, pela região de transição, não pode se descartar a possibilidade dos Payayá dominarem dialetos de outro tronco linguístico.

Referências

AMORIM, Paulo Marcos de. **Acamponesamento e proletarização das populações indígenas do Nordeste brasileiro**. Boletim do Museu do Índio: Antropologia. Rio de Janeiro, 1975.

ANTÔNIO CARDOSO. Plano Municipal de Cultura 2017 -2027. BA: Antônio Cardoso, 2017.

ARAÚJO, Alex Teixeira de. **Catequização, Colonização e Conflitos na Sesmaria de João Peixoto Viegas na Bahia: 1653 – 1700**. UNEB, Santo Antonio de Jesus, 2015.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE TERRITÓRIO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – RIO/92: Aldeia Kari-oca. **Carta da Terra**. Rio de Janeiro, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- FONSECA, Ivan Claret Marques. **Boletins Ecológicos Paiaíá**. Nanuque, 2004.
- FONSECA, Ivan Claret Marques. **Introdução à História de Santo Estevão do Jacuípe**. Gráfica do Brasil: MG, 1983.
- GALVÃO, Renato. **Miscelânea**, Vol. II, p. 97 a 101. Casa do Sertão/UEFS.
- GALVÃO, Renato. **Notas sobre Antonio Cardoso**. Arquivo da Paroquia Nossa Senhora do Resgate das Umburanas.
- GALVÃO, Renato. **Povoadores da região de Feira**. Sitientibus, Feira de Santana, 1 (1): 25-31, jul./dez. 1982.
- LEMOS BARBOSA, Antônio. **Curso de Tupi antigo**. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1957.
- LIMA, Jamille da Silva. **O sentido geográfico da identidade: Metafenomenologia da alteridade Payayá**. Dissertação de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.
- MARCOS HISTÓRICOS: etapa regional – Bahia. FUNAI, **1ª Conferência Nacional de Política Indigenista**.
- MARIA, Frei Agostinho de Santa. **Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora**. Imprensa Oficial da Bahia. Salvador, 1949, p. 152 e 153.
- NAÇÕES UNIDAS: CEPAL. **Síntese: Os povos indígenas na América Latina – avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. Chile: Santiago, 2015.
- NANTES, Bernardo de. 1709. **Katecismo Indico da língua Kariris**. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes. p, 277.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História do Norte e Nordeste do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco. **Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no alto sertão da Bahia (1750-1850)**. Recife, 2003.
- NEVES, Juliana Brainer Barroso. **Colonização e resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530 – 1678**. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Recife, 2008.
- NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017.
- OLIVEIRA e FREIRE, João Pacheco de, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Ministério da Educação. Série vias dos saberes, n 02. LACED/Museu Nacional. 2006.
- OTT, Carlos. **Pré-história da Bahia**. Editora: Progresso. Salvador, 1958.
- PEREIRA, Moacyr Soares. **Índios Tupi-Guarani na Pré-história: Suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento**. Revisão de textos Genivaldo de Oliveira. EDUFAL. Maceió, 2000.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitcc: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.
- RIBEIRO, Ademario. **Oré - Îandé (Nós sem vocês - Nós com vocês)**. Simões Filho: Edições Kurupyra, 2020.
- ROCHA, Aline. **Escravidão e liberdade no “sertão das umburanas” (1850-1888)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SIERRA, Juan L. **As excelências do governador: o Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado (Bahia, 1676)**. In: SCWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (Orgs.). **As Excelências do Governador. O Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. Tradução de Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia no médio São Francisco**. Indígenas, vaqueiros e missionários. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SIQUEIRA, Baptista. **Os Cariris do Nordeste**. Editora Cátedra. Rio de Janeiro, 1978.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Editora: Itapuã. Salvador, 1969, p.27.



Arnaldo da Silva Soares é remanescente do povo Payayá, graduado em Filosofia pela UEFS, Especialista em Filosofia Contemporânea pela UEFS e bacharelado em Filosofia pela UEFS. Pesquisa na área de Antropologia Filosófica e também sobre os povos milenares da bacia do rio Paraguasu, em especial, o povo Payayá. Ainda estuda a desconstrução da falsa categoria racial do Estado brasileiro: Pardo ou Pardismo.